



Contraditório think-tank

Briefing

Um Nobel para a China Democrática | Rui Faro Saraiva

Este ano, ao contrário de 2009, o Comité do Prémio Nobel para a Paz decidiu atribuir esta distinção a uma personalidade que não prima pelo “politicamente correcto”. O prémio Nobel foi atribuído a Liu Xiaobo, activista político pró-democracia, que cumpre uma pena de 11 anos pelas acções subversivas contra o regime semi-totalitário chinês e pelo combate não-violento contra a violação dos Direitos Humanos na China.

No ano de 2010, as felicitações dos líderes políticos mundiais ao laureado não se repetirão como aconteceu com Barack Obama. A República Popular da China é uma potência emergente, faz parte dos BRIC, tem assento permanente no Conselho de Segurança, é um mercado gigante e apelativo e detém uma das maiores reservas de divisas do mundo. Ou seja, um problema clássico da política internacional é novamente colocado. O poder *versus* a moral estão de novo em jogo na abordagem dos actores das relações internacionais face ao regime político chinês.

O mesmo problema foi colocado em anteriores momentos da atribuição do Prémio Nobel da Paz. Foram diversos os dissidentes políticos que receberam esta distinção. Martin Luther King é um desses exemplos, nos anos 1960, nos EUA, o russo Andrei Sakharov em 1975, o polaco Lech Walesa em 1983, Aung San Suu Kyi na Birmânia (Myanmar) em 1991, a advogada iraniana Shirin Ebadi em 2003, e ainda no contexto chinês, o líder tibetano no exílio, o Dalai Lama, em 1989.

Todas estas personalidades laureadas com o prémio Nobel defendiam reformas políticas pró-democráticas que salvaguardassem os direitos fundamentais dos seus compatriotas. Liu Xiabo não é excepção. Em 2008, redigiu uma Carta de intenções políticas juntamente com 303 intelectuais chineses, subscrita por oito mil cidadãos da República Popular da China, a “Carta 08”¹. Neste documento são evidenciados 19 pontos para a protecção dos Direitos Humanos e para

¹ <http://www.charter08.eu/2.html>



a reforma do sistema político chinês. Destacam-se a liberdade de expressão, de religião, de associação, a protecção da propriedade privada, a separação de poderes e a defesa de uma verdadeira Federação num país com 56 nacionalidades e uma etnia dominante, a etnia Han.

O prémio atribuído a Liu Xiaobo pode embaraçar os líderes chineses a curto prazo, porém, assume-se como uma oportunidade para avançar o processo de reformas políticas necessárias para o desenvolvimento da China a longo prazo.

A abordagem ameaçadora e de confronto do governo chinês, sempre que as suas fragilidades políticas são expostas a nível internacional, não obtém definitivamente os melhores resultados. Apesar das ameaças ao Comité do Prémio Nobel e as reprimendas ao Embaixador da Noruega em Pequim, estas só reforçaram a ideia da necessidade de reformas políticas na China.

As celebrações em Hong Kong e em Pequim, o alvoroço no twitter e em alguns sites chineses, indicam que a população partilha dos mesmos anseios de Liu Xiaobo, apesar da repressão do governo chinês.

A “Carta 08” serve assim como um documento de referência para a democratização da China e para a concretização das necessárias reformas

políticas. Poeta e crítico literário, Liu Xiaobo foi professor na Universidade de Pequim e também a principal voz e presença influente durante os protestos estudantis na Praça Tiananmen, em 1989. De facto, a sua insistência na não-violência e no processo democrático é amplamente reconhecida como um dos factores de prevenção de um catastrófico derramamento de sangue durante a repressão subsequente a Tiananmen.

O modelo criado por Vaclav Havel através da “Carta 77”, que derrubou a Checoslováquia comunista, serviu de inspiração a Liu Xiaobo na elaboração da “Carta 08”.

Os Direitos Humanos foram estabelecidos firmemente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Liu Xiaobo é um dos cerca de 45 escritores actualmente detidos na China, em violação do artigo 19º da DUDH e do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos. Honrá-lo com o Prémio Nobel da Paz assume-se como uma forma de sublinhar a necessidade de reformas políticas na China. Os pontos consagrados no Direito Internacional, valores que o governo de Pequim reconheceu e aprovou, são direitos inalienáveis de qualquer cidadão da República Popular da China.

Ao contrário do que aconteceu em 2009, com Barack Obama, as felicitações do



Governo português são mais contidas. O ano passado, o Primeiro Ministro, assim como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e até o Presidente da República, congratularam o Presidente norte-americano. Em 2010, até ao momento, apenas se pronunciou a porta-voz de Luís Amado, e o Presidente da República que afirmou ter “pouca informação sobre o prémio Nobel” e considerou que “em todas as matérias que têm incidência na política externa deve existir alguma concertação entre Presidente da República e o Governo”. Observam-se, assim, dois pesos e duas medidas, o que não condenaria num governo que defendesse abertamente uma postura realista na abordagem da política externa portuguesa. Porém, no seu programa de Governo, assim como recentemente na ONU, o Primeiro-Ministro defendeu uma visão universalista e de respeito pelo Direito Internacional. Por outro lado, na prática, coloca o factor poder acima do factor moral na abordagem à política externa portuguesa.

O Nobel da Paz assume-se como uma questão com um forte impacto na política interna e na política externa dos Estados envolvidos. A democratização da China teria um forte impacto na política internacional. Por um lado, poderia provocar o desmembramento do país ou, pelo contrário, catapultar a China para um papel

predominante a nível global, juntamente com os EUA.

Rui Faro Saraiva, Investigador no Contraditório think-tank